

RELAÇÃO PÚBLICO PRIVADO: A COMPRA DE VAGAS COMO ESTRATÉGIA DE INGRESSO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE-RS

JÉSSICA OLIVEIRA¹; MARIA RENATA ALONSO MOTA (orientadora)

¹Universidade Federal do Rio Grande -FURG – jessica0103.oliveira@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande- FURG – mariarenata.alonso@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Neste resumo, apresento a pesquisa que desenvolvo em nível de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEDU, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, na linha de pesquisa políticas educacionais e currículo. Instigada pelo tema da relação público privado, decido por pesquisar sobre a compra de vagas na Educação Infantil no município do Rio Grande -RS. Essa vontade é disparada, quando me deparo com a existência de uma “nova” forma de garantir o direito à Educação Infantil, e assim me coloco em torno de um grande questionamento, que é como garantir o acesso à Educação Infantil pública para as crianças desde bebês se o Estado e o município não garantem esse direito?

Sendo assim, a pesquisa tem como problema: Como ocorrem os processos que efetivam a compra de vagas na Educação Infantil no município do Rio Grande – RS e quais seus desdobramentos para esta etapa da Educação Básica. E tem como objetivo geral investigar a relação público privado estabelecida a partir da compra de vagas como uma estratégia de ingresso na Educação Infantil no município do Rio Grande. Para isso, delinee os seguintes objetivos específicos: compreender como ocorre o processo de compra de vagas através dos documentos orientadores para a Educação Infantil; e investigar como a compra de vagas na Educação Infantil repercute na Educação Infantil pública no município do Rio Grande.

A compra de vagas na Educação Infantil é realizada através de convênios estabelecidos entre as prefeituras das Cidades e instituições, filantrópicas, comunitárias e privadas com fins lucrativos. Na Educação Infantil a compra de vagas é uma estratégia adotada para garantir o acesso a esta etapa da Educação Básica.

Para Flores e Susin:

Nesse contexto, tais convênios, ao ampliarem a oferta da Educação Infantil, garantem, em muitos municípios brasileiros, uma ampliação de vagas necessárias, seja pela demanda social, seja pelas exigências legais de expansão da oferta. Em certos casos, essa opção se dá na contingência de ofertar mais vagas; nem sempre considerando todos os critérios legais para essa oferta. Essas novas vagas, mesmo que não sejam de responsabilidade integral do poder público, às vezes são consideradas pela população, erroneamente, como educação pública, quando se trata, em verdade, de uma vaga em instituição privada não particular, com financiamento total ou parcial a partir de recursos do poder público municipal.(FLORES;SUSIN, 2013, p. 224)

Com isso, direciono-me a compreender como essa parceria público privado ocorre, pois de fato ela é uma atual possibilidade para a garantia de vagas na Educação Infantil. Mas por outro lado, ela não deve ser vista como um recurso permanente, pois a mesma é uma estratégia que reforça a visão de uma Educação

Infantil pública ineficaz, na qual a “solução” seria passar a garantia da mesma para o setor privado.

2. METODOLOGIA

Este projeto de dissertação é de caráter qualitativo, e para responder ao meu problema de pesquisa, realizarei uma análise documental, a fim de que os documentos orientadores da Educação e Educação Infantil possam me auxiliar no processo analítico. Possivelmente serão analisados o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, as orientações sobre os convênios e os documentos provenientes da Secretaria de Município da Educação-SMED do município do Rio Grande -RS, entre outros. Para Ludke e André (1986, p. 38) “estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares”.

É pertinente ressaltar que nesta pesquisa farei algumas aproximações com o pensamento do filósofo Michel Foucault. É nesse sentido que em minhas futuras análises utilizarei algumas de suas ferramentas e conceitos a fim de que elas possam me ajudar a problematizar e refletir diante dos possíveis dados encontrados. O pensamento de Michel Foucault sobre o Estado, as racionalidades e os discursos ligados a ele pode me auxiliar a investigar como se constituem as decisões advindas do Estado, como por exemplo o fato de não se investir nas instituições públicas de Educação Infantil e sim estabelecer uma parceria com as instituições privadas através das compras de vagas realizadas com dinheiro público. Nessa direção utilizarei a governamentalidade como um conceito que me guiará em minha investigação.

Carvalho e Gallo que explicam que:

A governamentalidade caracteriza, pois, uma certa forma de ação do Estado no exercício do poder sobre os indivíduos, consistindo, especialmente, na construção de formas de conduzir, a partir de seu âmbito, as condutas dos indivíduos, seja em sociedade, seja nas particularidades da vida de cada um. O Estado, porém, não se dirige a cada um dos indivíduos, mas a seu agrupamento numa população.(CARVALHO; GALLO, 2020, p.150)

Como afirmam os autores, no excerto acima, o Estado se dirige aos indivíduos pertencentes a uma população, com isso percebo que também é importante utilizar o conceito de Biopolítica ao longo do desenvolvimento do estudo. A biopolítica está atrelada a estratégias para a manutenção da vida, direcionada à população. Vejo que as crianças da Educação infantil são indivíduos de uma população, assim lança-se estratégias para a garantia de sua existência e manutenção dentro da sociedade. Desta maneira vejo que a estratégia da compra de vagas como garantia de ingresso na Educação Infantil pode ser vista como um exemplo dessa articulação entre Estado e Biopolítica.

Nas palavras de Carvalho e Gallo:

As estratégias de governo pelo Estado só puderam se desenhar a partir da emergência de uma biopolítica, de um poder que se exerce massivamente sobre a vida das populações, visando a controlar sua progressão. Como exemplos, podemos citar os sistemas de controle de natalidade, os sistemas de previdência social, as políticas públicas nos campos da saúde e da educação[...].(CARVALHO; GALLO, 2020, p.150)

Outra conexão que pode ser estabelecida com o pensamento de Michel Foucault advém das racionalidades neoliberais. Essas racionalidades podem estar atreladas ao Estado e a ideia de privatização da educação e consequentemente da Educação Infantil, favorecendo a relação público privado.

Essas, são essas algumas aproximações que acho pertinente serem estabelecidas ao longo da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao olhar a trajetória da Educação Infantil e o tema deste estudo percebo que começaram a surgir mudanças a partir da nova demanda proveniente da obrigatoriedade de matrícula na Educação Infantil a partir dos 4 anos de idade.

Segundo Flores e Albuquerque (2016) essas mudanças se referem:

[...]a criação de novas turmas em salas de aula ociosas em escolas que antes atendiam exclusivamente o ensino fundamental, ocupadas sem as devidas adaptações; o travamento na expansão da oferta de vagas para a faixa etária de até três anos, cujo direito se sustenta independente de seu caráter não obrigatório; a intensificação da prática de conveniamento e/ou compra de vagas junto a instituições privadas, muitas destas sem o cumprimento ao conjunto de exigências presentes nas normativas dos respectivos sistemas de ensino; ou, ainda, a redução do atendimento em tempo integral para as turmas de crianças de quatro e cinco anos, cerceando o direito das famílias ao atendimento gratuito em creches e pré-escolas garantido constitucionalmente e ferindo a prioridade da criança no conjunto das políticas sociais.(FLORES; ALBUQUERQUE, 2016, p.88)

Vejo essas mudanças como consequências da obrigatoriedade de matrícula para as crianças a partir dos 4 anos de idade na pré-escola, sem a responsabilização por parte do Estado, como também planejamento público para o cumprimento do direito à Educação Básica.

Nas palavras de Peroni:

A questão, quando tratamos da relação entre o público e o privado em educação, é a efetivação de direitos sociais universais materializados em políticas sociais e o poder público como seu garantidor, não apenas enquanto acesso, mas também através de mecanismos participativos de elaboração das políticas.(PERONI, 2013, p.10)

Desta maneira, é evidente a diminuição da função do Estado como garantidor da educação pública, atribuindo a mesma para iniciativa privada. Assim, há um processo cada vez mais crescente de descentralização da educação em relação ao poder público, que interfere na democratização da educação.

Percebo que esta estratégia de conveniamento com a iniciativa privada tem relação com a racionalidade neoliberal. Esta racionalidade no contexto contemporâneo vem se disseminando de forma acelerada, através de verdades e determinados discursos e, nesse sentido, ela vem adentrando cada vez mais na Educação Infantil através da estratégia da compra de vagas.

Para finalizar trago as palavras de Carvalho e Gallo que dizem:

É como se houvesse uma espécie de parasita neoliberal nas intenções educacionais, já que o objetivo da educação também passa pelo retorno financeiro sobre o gasto, como dá testemunho o Future-se.

Essas são questões que provocam efeitos na Educação Infantil e que aprofundarei na continuidade do estudo.

4. CONCLUSÕES

Embora o projeto ainda esteja em andamento, até o momento, durante o desenvolvimento do projeto, pude significativamente expandir meu entendimento sobre a temática por meio da imersão nos estudos e processos de pesquisa. Nesse contexto, comecei a aprofundar os conceitos e ferramentas apresentados pelo filósofo Michel Foucault. Além disso, ao realizar a revisão de pesquisas relacionadas ao tema, tive a oportunidade de explorar outras investigações relevantes que dialogam com o cerne do meu projeto, contribuindo de maneira substancial para aprofundar minha compreensão sobre o assunto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Alexandre Filordi; GALLO, Silvio. **Foucault e a governamentalidade democrática**: a questão da precarização da educação inclusiva. MNEMOSINE (RIO DE JANEIRO), v. 16, p. 1-15, 2020.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; ALBUQUERQUE, Simone Santos de. Direito à educação infantil no contexto da obrigatoriedade de matrícula escolar na pré-escola. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, Canoas/RS, v. 18, n. 36, p. 87-110, 2016. Disponível em:

<http://posgrad.ulbra.br/periodicos/index.php/txra/article/view/1726>. Acesso em: 12 jul. 2022.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; SUSIN, Maria Otília K. Expansão da educação infantil através de parcerias públicos-privada: algumas questões para o debate (quantidade versus qualidade no âmbito do direito à educação). In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília, DF: Liber Livro, 2013. p. 220-244. 014. p. 67-82.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. p. 35-44. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5098163/mod_resource/content/2/Lud_And_cap3.pdf Acesso em: 14 jul. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal (org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013. 352 p.